077ª SESSÃO ORDINÁRIA 20AGO2018

(Texto com revisão.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**
Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar transcurso da Semana Municipal do Corretor de Imóveis e dos 40 anos da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, que regulamenta a profissão de Corretor de Imóveis, nos termos do Requerimento nº 081/18, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely.
Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Ederon Amaro Soares da Silva, Presidente em exercício do Creci – Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - Rio Grande do Sul; o Sr. Carlos Lammel, Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul.
O Ver. Márcio Bins Ely, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Valter Nagelstein, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, especialmente a delegação dos colegas corretores de imóveis,

colaboradores, conselho do Sindicato. Quero fazer uma saudação muito especial ao querido Ederon Amaro Soares da Silva, nosso Presidente em exercício do Conselho Regional de Corretores de Imóveis, que tem uma trajetória de construção de uma importante imobiliária, a Guarida Imóveis, e por quem a gente tem um carinho muito especial; ao mesmo tempo, ao amigo Lammel, que preside o Sindimóveis, o Sindicato dos Corretores de Imóveis, duas entidades que sempre colaboraram sobremaneira com os debates sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental da Cidade, como bem lembrou o Presidente Valter Nagelstein, especialmente na qualificação e na ocupação de espaços urbanos de uso coletivo. Estivemos recentemente acompanhando o lançamento do Pontal do Estaleiro, que também é uma reaproximação da Cidade com o Guaíba, com o pôr do sol do Guaíba. Corretor de imóveis é aquele que está lá na ponta da cadeia produtiva da construção civil, que realiza o sonho das pessoas, que faz a intermediação da compra e venda, faz a organização da gestão dos condomínios, a locação. Eu queria, neste momento, prestar a minha homenagem, fazer uma menção à presença do meu pai, que é corretor de imóveis, Paulo Bins Ely; meu avô também era corretor de imóveis, meu irmão é corretor de imóveis, a família toda é de corretores de imóveis. Hoje a gente está aqui com um número expressivo de dirigentes das entidades de representação de classe. Quero saudar o coordenador do conselho fiscal, o colega Mattos; vejo um número expressivo de conselheiros também: Fernando, Viviane, Milton Soska, Vicente, que vem lá de Itaqui, lá de longe; Ivo Debon, Darcy; quero saudar o Guterres, Bittencourt, nosso querido representante da turma julgadora, estava de aniversário; o Quaresemin, que veio de Passo Fundo para nos prestigiar, também conselheiro; Amauri, que representa o Crecicon, a turma de conciliação; o Getúlio Cabral, nosso diretor de integração, todos aqueles colaboradores na pessoa do Rodrigo Cabral, coordenador da fiscalização, quero cumprimentar todos os colaboradores do conselho que, com a sua presença, abrilhantam esta nossa tarde. Quero dizer que nós estamos realizando este ato solene para marcar o transcurso de dois eventos importantes: os 40 anos da Lei 6.530, de 12 de maio de 1978, que regulamenta a profissão de Corretor de Imóveis, e a passagem da Semana Municipal do Corretor de Imóveis, comemorada no período que inclui a data de 27 de agosto, Dia do Corretor de Imóveis. Estamos aqui, oficialmente, dando abertura aos trabalhos. Está aqui a Diretora Viviane, aproveito para convidar também as colegas corretoras de imóveis que estão nos assistindo, sexta-feira e

sábado o conselho realizará um encontro das colegas corretoras de imóveis. Então, parabéns pelo trabalho e pela integração também, hoje, 35% do mercado está composto por mulheres.

Eu, como corretor de imóveis – filho e neto de corretores –, hoje presidente licenciado do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª Região, presto com satisfação esta homenagem aos meus colegas, corretoras e corretores de imóveis gaúchos, que buscam a excelência no atendimento aos clientes. A Lei nº 6.530/1978 é o resultado da luta dos que nos precederam na defesa da categoria e do respeito às normas do exercício profissional. Hoje, cabe a nós seguir, com garra e determinação, os passos desses pioneiros em defesa do aprimoramento e valorização da classe. A nossa profissão surgiu nas primeiras décadas do século XX, quando o desenvolvimento das cidades impulsionou a comercialização de imóveis, por meio de anúncios em jornais, e a intermediação imobiliária passou a ser uma forma de subsistência. O agente imobiliário se consolidou como profissional, que surgiu para viabilizar negócios em ambientes sociais e econômicos cada vez mais complexos, e a regulamentação se tornou fundamental para o reconhecimento social da figura do corretor. A partir dos anos 1930, a categoria começou a se organizar no Brasil. Em 1940, a profissão já era sistematizada. O início do processo de regulamentação foi marcado pela Lei 4.160, de 27 de agosto de 1962, que, em seu artigo 9º, criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Corretores de Imóveis para fiscalizarem o exercício da profissão. A regulamentação foi consolidada pela Lei 6.530, de 12 de maio de 1978, que trouxe aspectos vantajosos como a exigência de curso de formação específico para o exercício profissional. Com esse requisito, a categoria passou a ser vista de maneira diferente pela sociedade. A nova regulamentação barrou a atuação de pessoas sem preparo para atender bem o cliente, objetivo precípuo de nossa atividade, além de valorizar quem está legalmente habilitado. Nossa profissão se consolidou no País nos anos de 1980 e 1990. Hoje, existem 26 conselhos regionais responsáveis pela fiscalização do exercício profissional. A prestação de serviços e o apoio na realização do melhor negócio caracterizam o trabalho do corretor de imóveis. Nosso trabalho não se restringe mais à comercialização ou aluguel de uma propriedade. As transações imobiliárias são complexas, não basta apenas pesquisar na internet e negociar. O corretor de imóveis analisa o mercado, aproxima as partes, entende as necessidades do cliente, facilita a geração de negócios e, principalmente, oferece

segurança. A parte contratual também exige uma grande atenção. É importante certificar-se sobre a qualificação completa do proprietário, a descrição detalhada do imóvel e a declaração da inexistência de débitos, entre outros itens. Além disso, precisa conhecer muito sobre o mercado imobiliário, em relação a fatores como valorização e depreciação de cada bem, possuir informações importantes sobre investidores e o público-alvo para cada imóvel em oferta, fazendo com que a transação imobiliária seja bem-sucedida para ambas as partes. Em tempos de informática e alta velocidade na transmissão de informações, o corretor está cada vez mais se aprimorando para atender às exigências do cliente e oferecer serviços de qualidade – tanto o corretor, quanto às imobiliárias. A excelência da corretagem imobiliária representa, cada vez mais, uma função essencial para o bom desempenho do mercado do setor. Nós operamos na ponta de um dos mais importantes segmentos da economia nacional, o da construção civil, que possui um relevante percentual na participação do Produto Interno Bruto, o PIB brasileiro. Esta constatação, por si só, é suficiente para avaliar a importância do mercado imobiliário brasileiro e o quanto ele representa no conjunto da economia global e a necessidade do corretor se preparar para enfrentar novos desafios. Aqui em Porto Alegre nós temos também um exemplo, o IPTU que está sendo debatido aqui – a Planta de Valores; o ITBI e o próprio ISSQN, que são os três principais tributos municipais que incidem sobre imóveis e sobre as imobiliárias estão no debate acalorado da agenda positiva da Cidade. Considerando todas essas razões e a importância do corretor para o cliente, apresentei o Projeto de Lei nº 217/15, propondo que as escrituras públicas de compra e venda de imóveis informem a pessoa física ou jurídica responsável pela intermediação, o valor recebido, número de inscrição junto ao Creci e CPF ou CNPJ. Nesta oportunidade, destaco a atuação do Creci-RS para o aprimoramento da profissão. Hoje, a entidade está sob a liderança de um dos mais reconhecidos representantes da categoria do Rio Grande do Sul e do Brasil, o Dr. Ederon Amaro Soares da Silva, a quem peço uma salva de palmas pela sua liderança. (Palmas.) O Dr. Ederon responde pela presidência interina do Conselho desde o dia 6 de junho, data em que me licenciei para concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa. A gestão Reconstrução, que foi assumida por esse coletivo em 2016, promoveu uma série de transformações para fortalecer, valorizar e oferecer mais oportunidades à categoria. Com o apoio da diretoria e contribuição dos colaboradores, saneamos deficiências técnicas e estruturais, e tornamos a gestão, eficiente, eficaz e

transparente. Aprimoramos a fiscalização profissional, aperfeiçoamos processos internos de gestão, modernizamos o parque tecnológico e a frota de veículos da fiscalização. Também implantamos – isso é fundamental destacar aqui – o Portal Transparência e promovemos uma série de melhorias nas 17 delegacias do interior do Estado, realizando todas as aquisições de bens e contratações de serviços conforme prevê a legislação, com destaque para a sala do corretor.

Vereador Guilherme Paradeda (PP): V. Exa. permite um aparte?

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Interrompo aqui meu discurso e concedo um aparte ao querido Ver. Paradeda, com muita honra.

Vereador Guilherme Paradeda (PP): Venho aqui, primeiramente, em meu nome, agradecer ao Ver. Márcio Bins Ely pelo aparte; em nome da bancada do Partido Progressista – Ver.ª Mônica Leal, Ver. Ricardo Gomes, Ver. Cassiá Carpes e Ver. João Carlos Nedel –, agradecer ao Sr. Presidente do Creci em exercício, Ederon Amaro Soares da Silva, ao Sr. Presidente do Sindicato de Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos Lamell, pelo transcurso da Semana Municipal do Corretor de Imóveis e dos 40 anos da Lei nº 6.530, de 2 de maio de 1978, que regulamenta a profissão de corretores de imóveis. Meu pai, como corretor de seguros também, é uma figura muito conhecida do Ver. Márcio Bins Ely, que sempre está aí levando em conta os corretores de imóveis, e eles têm realmente uma ligação, porque os dois sempre estão fazendo com que a profissão esteja sempre sendo bem vista por todos. E agradeço muito por estar aqui hoje representando o Partido Progressista podendo cumprimentar todos vocês. Muito obrigado, Ver. Márcio Bins Ely, e parabéns por todo cumprimento do exercício que tu vens fazendo. (Palmas.)

Vereadora Sofia Cavedon (PT): V. Exa. permite um aparte?

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Com muita honra, também lhe concedo um aparte, Ver.ª Sofia Cavedon.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Ver. Márcio Bins Ely, nós lhe cumprimentamos pela homenagem. Eu quero, Presidenta Mônica, me somar, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, a essa história tão bonita e tão importante para nós, mas que infelizmente sofre um revés na conjuntura, na construção civil, na venda, na compra, mas que está nos processos de dignidade humana a possibilidade de sua moradia. Acho que todos os esforços que fazemos para ter um lugar abrigado é o mínimo para conquista de todos os outros direitos, e vocês estão nessa caminhada, uma caminhada que a gente espera seja cada vez mais profícua, com uma conjuntura de incentivo ao setor, que é fundamental para produção de emprego, fazer girar a economia. Quantos empregos só a Guarida tem, gera, isso que é intermediação, o que dirá a construção, enfim, é uma área que temos que prestigiar com certeza, mas peço licença também para fazer homenagem ao Ederon Amaro que conhecemos de outras lutas, uma luta tão linda sobre o tema da AAPPAD, da nossa Associação dos Portadores de Ataxia. Acho que a visibilidade, a luta que o senhor tem apoiado à frente de tantas instituições, de tantas ações sociais, com a família enfrentando e apoiando a organização para antecipar o problema e para ajudar tantos, mostra a face humana deste trabalho. Parabéns! Queremos fortalecer, homenagear e estar à disposição, com certeza.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigada, Ver.ª Sofia. Queria destacar também aqui, agradecendo a presença do Rodi Borguetti, que é nosso patrono do DTG - Corretores da Tradição, o primeiro Presidente do Creci do Rio Grande do Sul, cuja presença também enaltece a nossa atividade; obrigado pela tua presença, pelo teu carinho, pela tua parceria. Poderíamos aqui falar sobre muitas outras ações que a gente vem fazendo em prol dos corretores, o clube de benefícios, o nosso novo portal, a Sala do Corretor, mas concluo agradecendo a presença de todos. Na próxima segunda-feira, dia 27, será o Dia Nacional do Corretor de Imóveis; convido a todos para que possam conhecer as novas instalações do conselho na Rua Guilherme Alves, nº 1010. Finalizo agradecendo mais uma vez a presença de tantos conselheiros, tantos parceiros, tantos amigos que hoje, com suas presenças, abrilhantam a Sessão desta tarde em homenagem ao inicio da Semana do Corretor de Imóveis em Porto Alegre. Muito obrigado; boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.ª Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Ederon Amaro Soares da Silva, Presidente do Creci-RS, está com a palavra.

SR. EDERON AMARO SOARES DA SILVA: Excelentíssima Sra. Vereadora Mônica Leal, DD. Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras corretoras e senhores corretores de imóveis; senhoras conselheiras e senhores conselheiros do Creci; senhoras convidadas e senhores convidados; o poeta Coelho Neto, em versos lapidários, diz: "É bom recordar, e à medida que a gente vai sentindo o escurecer da tarde, mais grato se torna lembrar a manhã longínqua". E é com essa doce recordação dos nossos líderes que, no passado, Ver.ª Sofia Cavedon, há 56 anos, lutaram pela promulgação da Lei nº 4116, de 27 de agosto de 1962, que há 40 anos foi revogada pela atual Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, que regulamentou a profissão de corretores de imóveis, tornando-nos profissionais liberais. Aqui estamos, Ver. João Carlos Nedel, com muita alegria, neste ato solene, em que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, por proposição do eminente Ver. Márcio Bins Ely, colega, corretor de imóveis e Presidente licenciado do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul, nos homenageia pelo transcurso do Dia Nacional dos Corretores de Imóveis. E hoje, para o nosso gáudio, este plenário, em Sessão Ordinária, nos presta esta honrosa homenagem. Os profissionais da corretagem não têm horas, as suas horas são de seus clientes, e cada cliente é um patrão que determina o dia e a hora que pretende ser atendido. Por isso, os corretores de imóveis estão à disposição de seus clientes 24 horas por dia, inclusive aos fins de semana e feriados. Ilustre Ver.ª Fernanda Melchionna, os corretores de imóveis concretizam uma das necessidades essenciais à sobrevivência do ser humano que é a moradia. Morar não é um simples desejo, um simples capricho criado pela sociedade de consumo, é uma necessidade vital. Todos os seres humanos, os seres vivos, têm o seu habitat natural, inclusive os animais e as plantas, isso é bíblico. O corretor de imóveis desempenha também uma função social, vez que os mercados de intermediação imobiliária e da construção civil são responsáveis por 19% do PIB nacional, Ver.ª Mônica Leal, gerando milhões de empregos, diretos e

indiretos, no País. Conscientes que o ramo imobiliário é o termômetro da economia, teríamos que ter cada vez mais corretores capacitados. O mundo globalizado em que vivemos já não comporta profissionais sem uma excelente captação. A complexidade jurídica, documental, conhecimento técnico, a diversidade de operações em que se traduzem as negociações imobiliárias aliadas à tecnologia exigem profissionais altamente preparados, competitivos, tanto do ponto de vista técnico como ético. Esta homenagem nos incentiva a cada vez mais procurarmos permanentemente, em qualquer circunstância, lutar pelo aperfeiçoamento constante da categoria. Para aqueles que, no exercício da corretagem de imóveis embrenharam-se por terras as mais distantes, sob a inspiração do sagrado direito de moradia, aqueles que repelem as dificuldades profissionais porque acreditam na força do trabalho, aqueles que vão ao encontro dos tempos levando consigo a realização profissional dos que estão portando a carteira rubra do Conselho e a dignidade que ela constitui dos que laboram criando moradias, os que sonham vir dar sequência a essa bela página da história, que é a própria história da nossa corporação, é para eles esta homenagem da Câmara Municipal de Porto Alegre, aos bravos e aguerridos corretores de imóveis do Rio Grande do Sul, que são homens e mulheres cujas armas são suas palavras, inteligência e coragem na árdua missão de gerar moradias.

Gostaríamos de nominar aqui todos os corretores do Rio Grande do Sul, mas, na impossibilidade, iremos fazê-lo na figura do eminente colega Ver. Márcio Bins Ely, Presidente licenciado do Creci/RS, que nesta Casa representa os profissionais do mercado imobiliário. Finalizando, rogamos ao Grande Arquiteto do Universo, que é Deus, para que, neste dia, conceda a todos os integrantes deste sodalício, saúde, força e união a fim de poderem orientar assistir todos aqueles que necessitam dos seus conhecimentos. E que sejamos sempre profissionais em busca da verdade, verdade dos fatos, verdade das leis e, mais do que tudo, verdade das almas. E a todos os Vereadores que prestigiaram este ato, o eterno agradecimento e saibam que o reconhecimento de vocês ficará registrado não só nos Anais desta Casa como no Creci, mas, acima de tudo, na alma de cada um de nós. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Carlos Lammel, Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

SR. CARLOS LAMMEL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Faço uma saudação especial ao Sr. Ederon Amaro, que inclusive é cidadão honorário de Porto Alegre, homenagem esta também proposta pelo nosso Vereador. O Ederon também é advogado, é corretor de imóveis e já esteve à frente de pelo menos uma dezena de entidades do nosso ramo imobiliário, já foi, inclusive, assessor jurídico e conselheiro do nosso sindicato, o Sindimóveis. Então, meu cumprimento especial ao Sr. Ederon.

Eu represento o Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul, o Sindimóveis. O nosso sindicato foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 1945, portanto, hoje nós estamos completando 73 anos de fundação, e muito nos honra esta homenagem do Parlamento de Porto Alegre em comemoração ao dia que se aproxima, o dia do Corretor de Imóveis, na próxima segunda-feira, dia 27 de agosto. O corretor de imóveis é o profissional responsável pela intermediação imobiliária e, com isso, ele contribui de modo decisivo para impulsionar a indústria da construção civil, uma das principais propulsoras da nossa economia. A propósito da nossa economia, eu gostaria de fazer um comentário de que algumas metáforas são muito felizes e uma delas fala sobre a economia brasileira, comparando-a a um voo de uma galinha. Isso é uma expressão popular, porque não conseguem ganhar altura e se estabilizar. E hoje nós estamos exatamente nessa linha de baixo desse voo e o mercado imobiliário naturalmente acompanha essa trajetória até que chegamos ao ponto de uma notícia alarmante: a do alto índice de devolução de imóveis comprados com financiamento. Essa é a situação em que hoje nós nos encontramos. Isso é muito triste para todos e é muito triste para os profissionais corretores de imóveis. Mas mudando a abordagem, para buscar um contraponto positivo, eu quero registrar a atual situação do nosso, que eu já comentei, conselho de classe, o Creci do Rio Grande do Sul, que desde a sua criação, em 1962, também teve seus altos e baixos e que hoje, com muito orgulho, posso afirmar que a atual gestão do nosso conselho está sendo uma das melhores de todos os tempos, sobretudo, porque foi uma gestão de transformação e de projeção do futuro. Esta gestão modernizou tecnologicamente o nosso conselho, valorizou a comunicação com a categoria, instituiu irrestrita transparência de receitas e despesas, desburocratizou o registro profissional,

renovou o patrimônio com casa nova, veículos novos, mobiliário novo, e isso não só aqui em nossa sede, mas em todas as delegacias do Rio Grande do Sul, criou o clube de benefícios, enfim, um trabalho impressionante esta gestão atual está fazendo. Nós agradecemos muito por isso. Finalizando, parabéns a todos os corretores e corretoras de imóveis do Rio Grande do Sul e muito obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convido o Ver. Márcio Bins Ely para receber, das mãos do Sr. Ederon Amaro Soares da Silva, a placa comemorativa.

(Procede-se à entrega da placa comemorativa.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Agradeço pela presença das senhoras e dos senhores e parabenizo a categoria dos corretores de imóveis de Porto Alegre pelo serviço que realiza junto ao nosso mercado imobiliário, na intermediação e negociação de imóveis e na orientação de seus clientes. Também quero registrar a importância da lei federal regulamentar, pelo sucesso que proporcionou para o melhor exercício da profissão, e damos por encerrada essa homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h57min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (15h02min) Estão reabertos os trabalhos.
A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente, senhoras e senhores, meu abraço, mais uma vez, aos corretores de imóveis, não foram palavras vazias, nós queremos que esse mercado se aqueça, porque ele fecha todas as pontas: a necessidade da moradia, o emprego, todo o circuito da construção civil, enfim, o nosso País precisa disso. Esse mercado desaquecido é desemprego, é desenvolvimento negativo.
Queria pedir que colocassem as imagens.

(Procede-se à apresentação de imagens no painel.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Eu quero aqui, Vereadores, pedir socorro em nome de mães e crianças, porque elas já tiveram um socorro da Defensoria Pública, está no Ministério Público, saiu nas redes de televisão como um fato curioso: mães têm que abrir buracos a marretadas no muro para conseguirem chegar à escola com seus filhos, e nenhuma solução é dada. Nenhuma solução é dada! Eu recebi um pedido de socorro, mais uma vez, nesta semana que passou, e fui visitar, fui com as mães ver o que acontece com as famílias da Vila Dique, famílias que foram abandonadas pela letargia da construção das moradias na Zona Norte. Dinheiro federal, Governo Federal, Lula, Dilma, Minha Casa, Minha Vida, lenta burocracia para construção, e um grupo grande de famílias ficou na Vila Dique, atrás do aeroporto. Junto a essas famílias, estão essas crianças pequenas. Vejam as crianças, vejam os escombros onde elas brincam. Essas crianças, carregadas pelas mães, se deslocavam pelas obras, pelas terras reviradas, pelo mato, através de um muro que a Embraer levantou por 15 minutos para chegarem à escola às 6h manhã, muitas vezes, no escuro.

Quanto aos alunos da EJA, algumas mães que estudam à noite no ensino médio iluminavam com os celulares o mato por onde passavam, porque nem isso está dando condições. Os jovens adolescentes de ensino médio abandonaram os estudos, porque é difícil um adolescente, Ver. Prof. Alex, fazer esse trajeto à noite. Esses dias, as mães foram presas, algemadas, porque elas estavam reabrindo o buraco – vou pedir para o Vanderlei mostrar o buraco –, porque, se não fosse essa alternativa, não teriam como ir à escola.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): É, ali está o buraco, Ver. Bosco. Esse era o buraco no muro por onde as mães passavam com as crianças. Dez crianças são da nossa EMEI Vila Floresta, difícil de conseguir vagas. São crianças de famílias pobres, que, para irem agora à escola, Ver. Nedel, teriam que pegar o ônibus que passa de hora em hora, que é um ônibus que passa atrás do aeroporto, na Av. das Indústrias, e ainda

mais, além do problema da hora em hora, é que não tem como uma mãe pagar R$ 8,40 diariamente para levar a criança para escola. Então, como que o Governo retira uma parte das famílias e deixa a outra parte abandonada e impede a passagem? Porque foi o próprio Governo Federal que construiu o muro, e agora botaram uma chapa. Mas a valentia das mães que querem levar os filhos para estudar, derrubou essa chapa. Isso acontece em Porto Alegre, não é nos grotões do Nordeste. Aqui neste Estado onde se grita "sirvam nossas façanhas, de modelo a toda terra". Essas famílias que ali estão, estão sem nenhum atendimento médico, porque o posto de saúde saiu de lá, da Vila Dique. No sábado teve vacinação, e só elas vindo para o Centro para conseguirem atendimento. Pasmem, a última que o Governo fez, vocês não acreditam, foi rebentar, estragar, acabar com uma ponte que a comunidade tinha feito para poder facilitar a passagem da comunidade, de carro, para a Av. Sertório, eventualmente, para uma carona. A EPTC foi lá com máquina e botou abaixo a ponte! A ponte ligava a Dique a uma obra da rodovia! Ou seja, para impedir a comunidade de ser gente, de ter dignidade, e é o Governo que faz isso.

Então, nós exigimos que o Governo coloque uma Kombi escolar, um ônibus escolar para mais de 25 crianças; 220 crianças precisam de atendimento médico e não têm como acessar, porque tudo é a custo de caminhar muitos quilômetros, ou pagar ônibus. Isso acontece na cidade de Porto Alegre. É desumano, é ilegal, é imoral... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

Vereador João Carlos Nedel (PP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio aos falecidos recentemente, primeiro, meu Chefe de Gabinete, Walton Pontes Carpes, e também a irmã do seu assessor Tarso Boelter, Renata Boelter.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

Vereador Ricardo Gomes (PP) Requerimento: Sra. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão**.**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Roberto Robaina.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Mônica Leal, a nossa saudação, muito obrigado ao colega Roberto Robaina e à bancada do PSOL pela cedência deste tempo, porque hoje eu me forço a fazer uma lista de demandas de assuntos imperiosos, e eu espero que os representantes do Governo atentem para isso, levem para o Governo, porque nós não podemos mais continuar nessa situação. Hoje ainda, Alex, os galpões de reciclagem não recebem os recursos mínimos, minúsculos para manutenção de energia e aquelas coisas primordiais para o que tem uma decisão de que a municipalidade deve ajudar. Em alguns dias, como aconteceu na semana passada, os galpões não receberam os resíduos sólidos adequados, portanto, estão todos recebendo metade de um salário mínimo, em média, o que é um absurdo, é uma afronta à dignidade desses trabalhadores. Portando, estamos numa peleia muito grande para pressionar o Governo, a minha colega Sofia já se manifestou semana passada sobre esse tema, e agora, neste período de cedência do Roberto Robaina, do PSOL, eu faço esta alocução, para tentar reverberar no Paço Municipal essa indignidade que está sendo feita com as pessoas que trabalham nos galpões de reciclagem.

Eu quero também reiterar a questão, já fizemos pedidos, Ver.ª Sofia, sobre essa barbaridade de falta de acesso à escola na Zona Norte. E não podia deixar de dizer da situação lastimável que nós estamos encontrando no Centro Histórico de Porto Alegre. Hoje estão sendo feitos 48 pedidos, via 156, porque são 48 os buracos da Rua Caldas Júnior até a Marechal Floriano, em plena Rua da Praia. Não é qualquer buraquinho, só pedi, e a minha equipe fotografou os buracos e as lajotas quebradas. Já disse hoje, em programa de TV – por sinal, hoje à noite, às 21h, na TVCâmara, vamos estar debatendo o problema dos ambulantes e do abandono da Cidade, tomada pela pirataria e pelo contrabando –, ao Diretor Luiz Antônio que, por exemplo, nós precisamos ter uma escola de calceteiros na Cidade. Nós temos as pedras da Praça da Alfândega, todas elas se

esboroando, e a Prefeitura vai lá e coloca cimento! Aquilo é um patrimônio! Nós não podemos mais aceitar que a Prefeitura coloque cimento sobre as pedras portuguesas! Isso é inaceitável, é intolerável! Quero, inclusive, chamar os colegas Vereadores, eu estava propondo, Pablo Mendes Ribeiro, hoje de manhã, para o Ver. Carús, e nós podíamos fazer isso ainda nesta semana, uma visita, ao meio-dia, na Alameda dos Jacarandás, ao lado da Caixa Econômica, há vários empreendimentos a gosto de cada um: temos vários bistrôs, cafés. Acho que nós, Vereadores, deveríamos fazer uma caravana e ir até a Praça da Alfândega verificar a situação; hoje ela está limpa, depois de muitas demandas, mas colocar cimento sobre as pedras portuguesas! E nós temos que incentivar o uso, a visitação, porque não tem nenhuma publicidade, a Prefeitura não fez um carnaval sobre uma coisa positiva, que começou na gestão passada? Quem sabe com a Mesa Diretora, para que não seja coisa de um Vereador. Falei para o Ver. Carús: "Não queremos ser pai de nada, mas temos que fazer, juntos, muitas coisas, como fizemos em 97, com os Vereadores Dib e Isaac Ainhorn, no Mercado Público, num momento de crise, em que fizemos uma badalação e chamamos a imprensa para incentivar aquele local". Por sinal, novamente as pedras no entorno do Mercado Central estão todas detonadas, isso é uma função da Prefeitura, que tem dinheiro no Funmercado – onde está sendo feita a sua aplicação? Portanto, quero aqui reiterar essas questões: não podemos abandonar a própria sorte, a indignidade que trabalham os recicladores nos galpões de reciclagem; pagamento já do que a Prefeitura deve; acesso à escola; arrumação desta Cidade. Eu falo porque eu adoro e gosto de Porto Alegre.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo o PLCE nº 009/18.
O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente neste momento, Ver.ª Mônica; colegas Vereadores e Vereadoras, público que nos acompanha nesta tarde e todos que nos acompanham pela TVCâmara. Quero, inicialmente, fazer uma referência aos Conselheiros Municipais de Saúde que estão aqui, ao Carlos Pinheiro, ao Gilmar, à Fátima, à Neusa, ao Cláudio, à Mirtha e a tantos outros amigos e amigas que, na semana passada, provavelmente na quinta-feira, quando tive a felicidade de ser homenageado,

me premiaram como destaque na saúde pela defesa dos trabalhadores e pela defesa da ampliação dos serviços em saúde na cidade de Porto Alegre. Portanto, quero, com gratidão, agradecer aqui a referência a este Vereador que continuará, com certeza, não só sendo trabalhador da saúde, mas defendendo a causa que tantos cidadãos e cidadãs buscam e cobram do poder público, como era e é uma das referências que farei no meu pronunciamento com relação ao Hospital da Restinga. Terminou a novela, não é mesmo? Terminou a novela. Esperamos que de fato o Governo Municipal abra definitivo todos os serviços que não só eram preconizados, defendidos, divulgados, mas que agora, com o novo gestor, com a nova licitação, o Hospital Vila Nova possa de fato viabilizar os quatro pequenos blocos cirúrgicos que existem naquela instituição. Que a UTI e a emergência estejam funcionando de verdade e, mais do que isso, que toda aquela estrutura paga com dinheiro público, na ocasião viabilizado numa parceria pelo pagamento do recurso da filantropia do Hospital Moinhos de Vento, em função do número de cidadãos e cidadãs que moram na região, que são mais de 80 mil pessoas, sejam assistidas com o serviço 100% pelo SUS. Por isso nós, não só enquanto COSMAM, vamos fiscalizar, *in loco*, como estaremos acompanhando o compromisso e o que o Secretário se comprometeu aqui, na nossa Câmara Municipal de Porto Alegre, com relação aos serviços lá oferecidos. Mas mais do que isso, como eu estava dizendo antes, com uma estrutura enorme, paga com recurso público, que, até então, não estava sendo oferecido à população de Porto Alegre. Esperamos que esse e outros serviços, os prontos atendimentos das UPAs, como também das unidades da saúde, como da estratégia da saúde da família, sejam chamados novos concursados que até então o Governo não chamou, a não ser para a Operação Inverno, e não se compromete com a ampliação desses serviços de verdade. Então queremos um compromisso maior do Prefeito Municipal.

Hoje, o Prefeito veio à Câmara de Vereadores e trouxe a Lei Orçamentária, onde tenta justificar um déficit de R$ 1,1 bilhão; inclusive, transfere a responsabilidade para a Câmara, que não aprova todos os projetos que o Prefeito manda para esta Casa. O Prefeito tem que perceber que nós temos vida própria, nós temos autonomia, nós temos lado e não vamos comungar com ele quando ele retira, através de projeto de lei, conquistas históricas, como querem tirar do funcionalismo; quando ele quer taxar a população com o aumento do IPTU e tantos outros projetos que são, de cara, inviáveis, intoleráveis e inaceitáveis, que não só a Câmara de Vereadores repugna como também a

população de Porto Alegre. Nós estamos cansados de pagar impostos, estamos cansados que o Governo Federal, assim como o Estadual e o Municipal nos façam perder direitos conquistados ao longo da trajetória da luta sindical do Sindicado dos Trabalhadores. Portanto, queremos repudiar, com certeza, essas atitudes antidemocráticas, transferindo o poder de gestão para a Câmara, como se nós fôssemos o Executivo. Nós somos o Legislativo, debatemos, temos autonomia e temos lado. E a bancada do PT, com certeza, fará uma oposição responsável... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, nobre Presidente, fará uma oposição responsável capaz de dizer não a muitos projetos e, principalmente, àquele que o Governo quer, agora, invertendo a Pauta para votar a extinção dos fundos. Por isso, nós combateremos essas atitudes desleais e desmotivadoras para continuar políticas importantes para a sociedade. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Vereadores e Vereadoras que hoje não estão muito motivados para falar, vou falar mais uma vez porque estamos aqui com representantes dos conselhos municipais, temáticos, que dão conta de áreas fundamentais na nossa Cidade, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Cultura, que está muito atuante, Conselho da Pessoa com Deficiência, Conselho da Saúde - todos os conselhos estão preocupados com duas temáticas, muito preocupados! Primeiro, com o esvaziamento dos fundos e dessas ações setoriais, do investimento nesses setores, na ausência de recursos próprios da Prefeitura; as dívidas com os artistas que o Fumproarte tem são escandalosas, no ano passado foi a primeira vez que não houve aporte de recursos nesse fundo. E mais do que isso, o Governo ter se retirado das políticas setoriais, não trabalhar com transparência com dinheiro que não é seu, como é o caso do Funmercado, cujo dinheiro é direcionado para o Mercado Público. Ele ainda formaliza, quer formalizar o calote desses recursos para traz, e pelo jeito que está escrito, para frente também. Há a possibilidade – já que

não utilizou, não encaminhou – de não recolher para o caixa único, não manter o investimento na área. Assim também o Funrebom, para manter o aparelhamento dos bombeiros, o fundo vinculado à questão da drogadição, enfim, "n" fundos que são políticas, são resultado de participação popular nesta Cidade, de participação direta através dos conselhos de direitos, resultados de construções da cidadania desta Cidade. Esses dois projetos são nefastos para a cidade de Porto Alegre, para seu crescimento harmonioso, para o tratamento de todas as áreas que precisam de uma atenção especial, que precisam de encaminhamento e investimento público, que são fundos captadores de recursos, seja da sociedade civil, seja das empresas. Hoje, me diziam os conselheiros, na nossa Frente Parlamentar em Defesa dos Conselhos, que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não está recebendo recursos do orçamento do Governo. E a gente se pergunta: para onde estão indo os recursos do orçamento do Governo? O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb está superavitário, um fundo que, antes, deixava dinheiro, sendo contábil aqui no Estado. Quando começou a vigência do Fundeb, ele deixava dinheiro lá, o Município perdia os seus recursos de impostos para o fundo, e hoje é superavitário em R$ 30 milhões, R$ 40 milhões por ano, ou seja, dos recursos que coloca no fundo, ele recebe a mais dos impostos do Estado e dos outros Municípios e, mesmo assim, o Governo se nega a prestar contas ao Conselho do Fundeb. Vocês não acreditam: foi necessário o Ministério Público acionar o Prefeito Marchezan para ele nomear, por portaria, os conselheiros do Conselho do Fundeb. Portanto, a Prefeitura estava inadimplente no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, onde tem que ter o Conselho de Gestor do Fundeb para o Município receber recursos do Fundeb, receber recursos da alimentação escolar, por exemplo, ou recurso direto para as escolas do Governo Federal. Então, o Ministério Público teve que acionar. A semana que passou tivemos a semana da inclusão, a Dra. Danielle Bolzan, que é da inclusão escolar, estava aqui e disse que não sabia que o Município, no ano passado, não prestou contas dos valores do Fundeb, como os gastou. Portanto, esses valores da educação têm que ser gastos, no mínimo, 30% com o pessoal e o restante tem que aplicar em educação. O Conselho do Fundeb, no ano passado, não fez relatório, Ver. Prof. Alex, não aprovou as contas na educação. Portanto, o Município poderá ser penalizado; e ficam chorando aqui que a sua nota baixou, que tem problemas. Presidente

Mônica, não vai dar parecer às cegas, sem saber onde foi gasto o dinheiro! E o gestor diz – Ver. Carús, que falava aqui de um fundo que está propondo transparência – para o Conselho do Fundeb: "Olhem no *site* Transparência". Ora, isso, Ver. Oliboni, não pode ser prestação de contas aos conselhos, além do que esse *site* Transparência é uma maquiagem. Então, não temos parecer de 2017, e recentemente – nós estamos em agosto – foi nomeado o Conselho do Fundeb. Então é um escândalo a forma desrespeitosa e pouco transparente com que este Governo atua em relação aos conselhos de direitos e aos fundos, e é passível, sim, de probidade administrativa. Eu quero avisar: estamos representando na Promotoria de Patrimônio, já que a Promotoria da Educação e as outras não são... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (15h33min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo documento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que subscreve o seu retorno ao exercício da Vereança nesta data.

Vereador Mendes Ribeiro (PMDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos incluir o PLCE nº 010/18 na priorização do dia de hoje e, imediatamente, passar à sua discussão e votação. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro. (Pausa.)

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Gostaria de fazer um questionamento porque, quarta-feira passada, Sra. Presidente, não foi realizada a reunião de lideranças. Nós temos primado pela priorização na reunião de lideranças. Fizemos um apelo às lideranças – não é Ver. Oliboni? – para que tivéssemos anterioridade nas votações, porque não é possível

que um tema desses, na hora, no dia – está previsto para hoje o IPTU –, nós alteremos a ordem prevista, e a sociedade civil não possa participar. Esse é o mínimo do pacto que nós estamos pedindo, com os Vereadores, Vereadoras, com as lideranças: que a sociedade saiba com uma semana de antecedência. Fiz essa solicitação em nome da oposição, semana passada, conversei com vários líderes aqui, dizendo: pessoal, não dá para priorizar na quarta-feira de manhã para de tarde, muito menos na segunda de tarde para segunda de tarde, porque aí é o Parlamento dizendo à Cidade que não avisa o que vamos votar, ainda mais que está em regime de urgência. Eu gostaria de fazer um apelo ao querido Ver. Mendes Ribeiro, a gente se dá muito bem, para garantirmos a antecipação, anterioridade, saber com antecedência o que vai acontecer neste Parlamento – é só essa a divergência.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereadora Sofia, respondendo, nosso Regimento prevê no § 3º do art. 94. (Lê.): "Dependerá de deliberação do Plenário, sem discussão, com encaminhamento de votação nos termos desta resolução, o requerimento que solicitar: a) alteração da prioridade estabelecida na Ordem do Dia, conforme deliberação do Colégio de Líderes". Então, o Requerimento do Ver. Mendes Ribeiro é regimental.

Vereador Mauro Pinheiro (REDE): Vereadora Mônica, na quarta-feira passada não teve reunião de líderes, mas durante a tarde nós já discutimos essa inversão de pauta. Inclusive foi feito um acordo entre vários Vereadores de que iríamos inverter em virtude do falecimento do pai do Secretário Busatto, pois nós gostaríamos de tê-lo presente na quarta-feira. Hoje, apesar de o Secretário Busatto já ter retornado, o IPTU é um projeto bastante complexo, muitos Vereadores ainda que estão discutindo algumas emendas sobre o projeto. Como o Secretário voltou hoje, por isso estamos pedindo essa inversão de pauta; concordamos com o Ver. Mendes sobre essa inversão de pauta, pois é um assunto que a gente já vem trabalhando há mais de uma semana; não tem nada de querer inverter e... Então, na quarta-feira passada a gente já estava discutindo isso. Então, faço um apelo aos Vereadores para que a gente faça a essa inversão de pauta, concordando com o Ver. Mendes que é melhor para que a gente possa ter mais tempo para discutir o IPTU. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Mauro, esse Requerimento está dentro do Regimento, apenas tem que ser votado.

Vereador André Carús (PMDB): Apenas para reforçar aqui, se for do entendimento geral, que o requerimento pode ser aprovado e até com a minha concordância. Eu quero só reparar aqui o que colocou o Ver. Mauro. Nós tivemos uma Comissão Especial, aqui nesta Casa, da qual eu fui Vice-Presidente; só não continuamos o trabalho da Comissão Especial porque o Governo, em nenhum momento, foi sensível a retirar a urgência desse projeto. Então, não existe mais espaço... "Ah, porque está faltando o acúmulo de discussão". Se não se acumulou a discussão foi porque o Governo não quis retirar a urgência, porque Comissão teve, reunimos os segmentos, fomos nas regiões. Então é importante frisar Dependerá de deliberação que não existe falta de acúmulo na discussão. Se não se aprofundou mais, o Governo então deveria ter retirado a urgência no momento certo.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Queria dizer ao Ver. Mauro Pinheiro que não foi acordado, de maneira nenhuma. A base do Governo estava aventando mudar a ordem. Inclusive falei para o Mauro que nós só queremos antecipar, só queremos decidir de forma antecipada. Então, é um direito deles, mas eu acho que já tem urgência e tem uma finalidade política muito grande esse atropelamento. Nós não damos acordo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.ª Mônica Leal, na presidência dos trabalhos, ouvi atentamente os apartes; a mim também cabe regimentalmente o direito de contrapor o requerimento do nobre colega. O Vereador tem o direito de fazer um requerimento solicitando a inversão da Ordem do Dia, e eu também tenho o direito, e sei que sou confortado com muitas pessoas que querem que se mantenha a ordem normal dos trabalhos.

Eu também fiz parte da Comissão Especial para reavaliação e reformulação da Planta Genérica de Valores Imobiliários. Nós fizemos reuniões em cima de reuniões, muitas

reuniões. Nós estávamos lá debatendo ponto a ponto. Eu também fui o relator do pedido de urgência na CCJ, e o meu parecer era contra a urgência porque o Plano Diretor é um projeto de lei codificado. E como diz a legislação, que nos apoia e nos conforta, não se pode ter urgência nesse tipo de projeto de lei. Na CCJ venceu a nossa posição, de que não era possível discuti-lo com urgência.

Passado tanto tempo, já tivemos o recesso, voltamos aqui e estamos no dia 20 de agosto, o plenário começou esvaziado, mal temos quórum – mal temos quórum! – e nós vamos propor, Ver. Paulinho Motorista, que seja mantida a ordem normal dos trabalhos. Nós queremos, sim; a Prefeitura solicitou, as lideranças do Governo solicitaram, Ver. Alvoni Medina, que se votasse com urgência o IPTU. As pessoas estão ansiosas, e nós vamos votar o IPTU.

Quanto aos conselhos, quero dizer que falta base legal para a proposição do Governo. A maioria dos conselhos tem constituição que coloca as suas verbas de forma vinculada. Portanto, pelos preceitos do Direito, eu não posso retirar verbas vinculadas de determinados conselhos para colocá-las num conselho vago, amplo, que a gente não sabe bem do que será feito do desenvolvimento econômico da Cidade. Nós não somos contra esse conselho, mas que façamos valer não apenas os ditames do Direito Administrativo, mas as suas normas, as suas regras e também os regramentos internos dos conselhos. Portanto, senhoras e senhores que estão aqui, cuidadosos, com a cautela que lhes é peculiar de cuidar de verbas – e são verbas para usar para o povo! –, nós vamos derrotar também o projeto dos conselhos, como vamos derrotar o projeto do IPTU. Não por que não tenha que se fazer uma reavaliação da Planta Genérica de Valores Imobiliários. Sim, teremos que fazê-la, mas fazê-la com a cautela e a medida necessária, porque queremos uma reavaliação da Planta Genérica de Valores Imobiliários em que sejam respeitados os que têm menos, pagando menos. E tem, sim, no projeto alguns elementos que vão nesse sentido, mas têm outros que passam uma retroescavadeira na economia local, principalmente nos setores medianos da sociedade, naqueles que têm mais dificuldade, por causa da crise econômica e social em que vive a Nação. E Porto Alegre é uma cidade que em muitos momentos teve crescimento incrível em comparação com o resto do País. Hoje nós não temos a metade do crescimento da vizinha Santa Catarina. Pela manutenção da Ordem do Dia, tal qual foi solicitada, e não mudar agora! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.ª Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Quero encaminhar em nome do PSOL, em meu nome, do Ver. Prof. Alex Fraga e Ver. Roberto Robaina. Diante da gravidade da situação que nós estamos vivendo aqui, temos representantes do fórum de conselhos da cidade de Porto Alegre contra o PLCE nº 010/18, temos representantes da cultura aqui, que de última hora vieram correndo à Câmara de Vereadores, afinal, o boato de que o Governo tentaria a inversão, desde o início do dia de hoje, em função de todo um boato do Governo, que infelizmente está se comprovando. Eu também quero fazer um pedido para o Ver. Mendes que retire esse Requerimento. Nós não podemos aceitar a lógica da Câmara de mudar a ordem já socialmente consolidada para que haja votações que atacam direitos sociais com as galerias vazias. É disso que se trata, fazer com que não haja possibilidade de a sociedade se mobilizar; tanto é que, quando houve um evento que poderia colocar o PLCE nº 010/18 em votação, as galerias estavam lotadas de artistas e conselheiros, porque era público que a Câmara poderia votar o PLCE nº 010/18, que, na prática, liquida com a cultura e com os fundos municipais fundamentais. Têm vários fundos, tem o do meio ambiente, o Monumenta, o Fumproarte. Agora tem uma mensagem retificativa pela qual se apropria de R$ 147 milhões da cultura, por exemplo, que deveriam ter sido usados. E eles não usam, não é Bosco? Não usam, e ainda querem tirar o dinheiro do Fumproarte. Essa é a cara do Governo Marchezan, tira o dinheiro das áreas sociais e das áreas culturais, como a emenda que previa R$ 1 milhão para financiar o carnaval que teve meu voto favorável, mas que, infelizmente, não foi executada pelo Governo Marchezan. Só que, se votarmos esse projeto vai se legalizar a ilegalidade que foi feita, ou seja, os recursos que não serem repassados, os projetos não serem executados. Inclusive, tem emendas prevendo a extinção dos fundos se os mesmos não existirem em cinco anos. Mas quem não faz os fundos existirem é o próprio Governo, que está tentando intervir nos conselhos municipais. O que está acontecendo no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA é escandaloso. Por quê? Por que o Governo está tentando acabar com a forma com que o Governo tem se

organizado, discutido e planejado ao longo do tempo. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher demorou um ano – está aqui a Neuza – para ser empossado. E foi empossado na casa dos Conselhos, pela primeira vez na história, e o Prefeito não compareceu, não abriu o Paço Municipal para receber o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Mais do que isso, nós estamos numa greve há mais de duas semanas, e o Governo não senta para negociar. E quando os servidores, numa medida desesperada para exigir negociação, ocupam o Paço Municipal, os radicais são os servidores e não o Governo que desrespeita a cidadania, que tenta alterar a ordem de votação da Câmara de Vereadores, que não respeita os Conselhos Municipais, que tenta se apropriar das verbas da cultura, que vota e consolida uma ideia já posta e muda aos 45 minutos do segundo tempo. Eu não vou entrar em termos eleitorais numa campanha difamatória, mas que usa os *sites* oficiais da Prefeitura para atacar o sindicato, para atacar os servidores – isso é ilegal, gente. Isso que está acontecendo em Porto Alegre é inadmissível, independente de quem esteja no Paço. Então, eu acho que a Câmara pode ter, sim, sabedoria de retirar esse Requerimento, iniciar com o projeto sobre o IPTU ou votar daqui a uma semana, de forma transparente, de forma publica, de forma aberta, o PLCE nº 010/18. Nós queremos derrotá-lo e não mudaremos de opinião, porque temos a convicção de que isso significa a morte de vários fundos municipais e apropriação indevida de recursos que deveriam ter sido gerenciados por esse fundo. Esqueci de falar do fundo dos catadores e recicladores, que já era para ter sido instituído, e até agora não foi. Então, eu acho que é fundamental que a gente possa, sim, fazer esse debate de rejeitar o Requerimento. Eu ainda preferia que fosse retirado pelo Ver. Mendes, enfim, temos toda a relação, fizemos até projetos juntos no que diz respeito à publicidade. Ver. Mendes, é fora de tom esse Requerimento; nós precisamos garantir que a pauta da Câmara seja pública e com antecedência para que a cidadania possa se manifestar.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara, em primeiro

lugar, o Requerimento que este Vereador fez no plenário não é um pedido do Governo e sim, deste Vereador. Eu tenho direito, eu posso fazer o pedido para que a gente possa inverter a pauta e votar este projeto. E eu vou explicar. Eu acho o projeto do IPTU muito ruim para a cidade de Porto Alegre. Eu acho que o aumento do IPTU traz grandes injustiças para a cidade de Porto Alegre. Agora, na questão dos fundos, me permitam, eu penso diferente: eu acho que é um bom projeto para a cidade de Porto Alegre. Eu ouvi muitas mentiras aqui sobre o projeto; este projeto extingue apenas dois fundos da cidade de Porto Alegre e é uma forma criativa de poder ter dinheiro e poder investir um pouquinho mais na Cidade. Outra coisa: os valores de repasses estaduais, federais e doações – esse dinheiro não vai ser mexido, esse dinheiro vai permanecer no fundo. O que acontece com esse dinheiro que está parado no fundo? Não tem projeto, e, em relação aos projetos que são feitos através dos fundos da Cidade, são sempre as mesmas entidades que recebem o dinheiro.

Esse projeto dos fundos é bom, é importante para a Cidade, é uma forma criativa de trazer dinheiro, de investir na Cidade, que, por sinal, não vai nada bem. Aqui nós não temos que votar a favor ou contra o Governo; temos que olhar a Cidade como um todo e não os nossos interesses. Por isso, Fernanda, eu não vou retirar o Requerimento, vou mantê-lo, porque, na minha opinião, esse projeto é importante para a Cidade e o do IPTU não é importante, vai demorar muito para ser discutido para que a gente possa votar. Permaneço com o Requerimento e peço sua aprovação para que a gente possa inverter a ordem de priorização de votação dos projetos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Fernanda Melchionna (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.ª Fernanda Melchionna. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum.

(15h56min) Encerrada a Ordem do Dia.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Eu me sinto constrangido de estar sempre dando presença, de querer Ordem do Dia, e já não é primeira vez que nós não temos Ordem do Dia. Eu gostaria que V. Exa. citasse os que estão presentes, até porque esta Câmara tem que votar. Alguns querem votar antes da eleição, outros querem votar depois da eleição. Nós temos que votar, nós estamos aqui para votar.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Cassiá Carpes. Eu não tenho mais o painel aberto – as presenças estavam no painel. A Ordem do Dia está encerrada, mas a Sessão continua. Vamos ingressar no período de Pauta.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Quero que V. Exa. possa explicar, com o apoio da DL, por óbvio, ao Ver. Mendes e aos líderes que, se eles não querem votar o projeto do IPTU porque entendem que não está bom para a Cidade, há outros mecanismos no Regimento, como solicitar adiamento de votação. Não precisa sacrificar um outro projeto para evitar o IPTU. É muito feio, aliás, é muito feio, inclusive, dizer na tribuna que, como o IPTU é ruim, eu vou atropelar a sociedade. Então, fica registrado que há mecanismos no Regimento.

Vereador André Carús (PMDB): Acho que a legitimidade do Ver. Mendes em apresentar o Requerimento é inquestionável. Agora, eu quero ajudar um pouco a liderança do Governo, porque eu acho que às vezes tem dificuldade até de garantir quórum com os seus parceiros de base. Se hoje não foi possível garantir quórum para ingressar na Ordem do Dia, a liderança do Governo que se organize um pouco melhor e o faça no Colégio de Líderes, na quarta-feira, e altere a priorização. É simples, o Governo tem só que se organizar, porque senão fica na nossa conta, independentes. O Governo que se organize, e a Casa, se não votou muitas coisas, é por que o Governo não se organiza na sua base.

Vereador Reginaldo Pujol (DEM): Vereadora, é oportuno que a gente registre o Requerimento do Ver. Cassiá que pede que se identifique o nome das pessoas que responderam à chamada. Eu observo que muito mais do que os 18 são os que ocuparam o microfone de apartes até agora. De qualquer sorte, Excelência, eu quero deixar muito claro o seguinte: acho que a responsabilidade desta Casa em decidir sobre as matérias

propostas deve naturalmente seguir uma ordem; havia uma proposição de inversão, observamos que não houve quórum para isso, vamos seguir os trabalhos por naturalidade. É esta a colocação que eu faço, independente de qualquer posicionamento pessoal. Muito obrigado pela sua atenção.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Pujol.
Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Pauta no dia de hoje é muito reduzida. O fundamento dá como proclamado o preenchimento da Pauta, cumprido o segundo dia de discussão preliminar de Pauta do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 054/17, de autoria do Ver. Baba Diba de Iyemonja, que cria o Conselho do Povo de Terreiro do Município de Porto Alegre, o único constante na Pauta. Acho, Sra. Presidente, que cumprir essa Pauta é relevante à medida que dá oportunidade para que esse projeto, de características tão diferentes daquelas que usualmente nós conhecemos, possa seguir a sua regular tramitação e ficar em condições de ser apreciado pela Casa nos próximos dias, se é que isso vai acontecer. Por que digo isso? Porque hoje havia uma proposta, sustentada, no mínimo, por 18 Vereadores que queriam a inversão da Ordem do Dia, de tal sorte que pudéssemos discutir hoje um determinado projeto de lei, o que opera transformações nos Fundos Municipais, deixando para um segundo momento a discussão em torno do projeto da Planta Genérica de Valores, que tanta polêmica tem trazido na Casa desde o ano passado.
Acho que não votar no dia de hoje, não discutir no dia de hoje tem que ser encarado até como um fato positivo. Eu queria discutir no dia de hoje, queria promover a inversão, mas quero principalmente alertar a Casa e todas as correntes políticas aqui assentadas da necessidade e da conveniência de nós aprofundarmos a discussão a respeito de determinados projetos. E o projeto que trata da alteração da modificação e da modernização da Planta Genérica de Valores Imobiliários deve ter procedência. Ainda

hoje discutia com companheiros da minha bancada a conveniência de nós fazermos uma derradeira tentativa de organizarmos uma composição de força de tal ordem que permita que se vote o projeto de lei que trata desse assunto com real possibilidade de aprovação. Porque, honestamente, me parece que, nos dias de hoje, sem uma composição, sem um amplo concertamento das várias ascendências aqui representadas, nós não temos a menor chance de aprovar esse projeto de lei. Eu, desde o ano passado, busco, através de emendas, adequar o projeto àquilo que me parece algo suportável na repercussão financeira que, certamente, a aprovação duma matéria como essa ensejará.

Por isso, Sra. Presidente, ainda que possamos entender que a não realização da Ordem do Dia por falta de quórum no dia de hoje possa parecer algo negativo para o Legislativo, no presente momento, Ver. Cassiá, eu digo é que positivo, porque abre uma derradeira possibilidade de se costurar um entendimento que eu espero que seja capaz de ser realizado no interesse da Cidade, na boa imagem da Câmara e, sobretudo, no estabelecimento, mais uma vez, da responsabilidade deste Legislativo de não se furtar a enfrentar os assuntos que a ele são submetidos, ainda que muitas vezes, Ver. Mendes Ribeiro, possam ser polêmicos e determinantes; concluindo, s: quando digo que os assuntos polêmicos são determinantes de posições antagônicas, que, muitas vezes, poderão ferir, aqui e além, alguém nas suas mais legítimas expectativas, especialmente aqueles que, diferentemente de mim, estão com os seus nomes colocados à disposição do eleitorado na disputa de alguma posição eletiva nas próximas eleições de 7 de outubro. Era isso, Sra. Presidente, tão somente isso que eu entendo oportuno de colocar nesta hora. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha, vou falar rapidamente aqui desta tribuna. Eu tenho o maior respeito, a maior consideração pela Ver.ª Sofia Cavedon, é uma grande Vereadora, mas quero dizer que fiquei descontente com a fala dela, no microfone de apartes, quando disse que eu estou atropelando a Cidade. Não, Vereadora, mas a senhora citou que o

Ver. Mendes Ribeiro está atropelando a Cidade. Sou Vereador legítimo, voto no que eu acredito e nos meus ideais. Todos os Vereadores fazem requerimentos para inverter a pauta, para votarem as suas prioridades. Desculpe, Sofia, eu quis votar esse projeto primeiro, porque o acho importante para a Cidade; por isso me acho no direito de pedir isso. Só quero te falar do meu respeito, da minha admiração, mas não gostei da forma como foi falado no microfone de aparte, momento em que a gente não pode debater – aí fica registrado nos anais da Casa. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, especialmente Ver. Mendes Ribeiro, quero lhe dizer, Vereador, que, se o senhor não tivesse feito o requerimento, eu o faria para que nós passássemos adiante o projeto dos fundos e deixássemos o do IPTU mais para frente, pelas mesmas razões que o senhor o fez. Se o senhor não fizesse o requerimento, eu o faria no mesmo sentido. Quero aqui prestar a minha solidariedade. É legítima a retirada de quórum – todos nós sabemos disso. Às vezes, procedemos assim, de um lado ou de outro; a retirada de quórum é uma ferramenta regimental legítima, só não posso concordar com a expressão de que, quando se faz um requerimento vindo de um lado do plenário, ele é “um atropelo, um desrespeito, é isso e aquilo”; e quando é do outro lado, aí, sim, “é legítimo, é uma resistência”. Ora, estamos aqui numa Casa que é plural, em que as mesmas ferramentas regimentais estão disponíveis para a situação, para a oposição e estão disponíveis para os independentes. Todo Vereador tem a liberdade de fazer o requerimento que quiser, dentro dos termos regimentais; todas as bancadas têm o direito de dar ou não o quórum necessário para o seguimento. Agora, digo isso porque em outras ocasiões, houve um ataque aqui, inclusive, com ofensas pessoais ao Presidente da Casa, quando houve a falta de quórum, no fim do semestre passado, para dar seguimento à votação, antes do recesso. Houve falta de quórum, troca de acusações, agressões e ofensas por parte daqueles que achavam que, naquele momento, tinham maioria para rejeitar um projeto; são os mesmos que hoje retiraram quórum, torno a dizer, de forma legítima, dentro do

Regimento, mas, sem dúvida nenhuma, como nós respeitamos quando a retirada de quórum vem da oposição, da mesma forma esperamos que a oposição respeite quando vem dos independentes ou do Governo.

Então, Ver. Mendes Ribeiro, nesse sentido, eu me solidarizo. O requerimento que o senhor fez está muito bem apresentado, acho que devemos apreciá-lo já na quarta-feira, na abertura da Ordem do Dia. Não tenho dúvida nenhuma de que votarei a favor do requerimento para que apreciemos primeiro o projeto que trata dos fundos municipais, que é uma questão também relevante para a Cidade, com milhões de reais envolvidos numa dívida impagável da Prefeitura com os fundos. Nós vamos ter o momento de discutir o mérito do projeto, que não é necessariamente na apreciação desse requerimento, porque há uma dívida que nós sabemos que é meramente contábil e impagável pelo Município. E o que o projeto faz é endereçar essa irrealidade contábil que leva, inclusive, as pessoas a crerem que haverá investimentos nos objetos dos fundos, o que não haverá, porque não há dinheiro disponível para fazê-lo. Este é um aspecto. O segundo aspecto é meramente me associar ao Ver. Mendes Ribeiro no seu requerimento e dizer que nós, assim como mencionou o Vereador, não votaremos a favor do projeto do IPTU, mas entendemos que o projeto dos fundos é importante para o Município de Porto Alegre, inclusive, se ele está em melhores condições de ser apreciado, discutido e votado do que o projeto do IPTU, devemos prosseguir nessa linha. De minha parte, o projeto do IPTU já está estudado à exaustão; não se trata de uma questão de tempo para conhecer o projeto, trata-se da condição de aprovar o projeto dos fundos, que fará tanta diferença para o Município de Porto Alegre, que parece ser um projeto muito mais perto de um consenso. É um projeto muito menos complexo do que a planta do IPTU, com muito menos emendas para apreciação e que pode chegar a um fim em um prazo muito menor. Nesse sentido, vamos acompanhar e assim farei o encaminhamento quando for o momento adequado, em nome da bancada Progressista.

Por fim dizer, novamente, que o processo de retirada do quórum é legítimo para qualquer bancada, da maioria ou da minoria, sempre a qualquer momento. Só prezo quando esse reconhecimento é feito também para aqueles que hoje fizeram... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Ver. Prof. Alex Fraga, como eu sei que é o caso dele. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Mônica. Gostaria apenas de deixar claro, primeiro de tudo, que quero me solidarizar com o Ver. Pablo, que fez aqui o requerimento. Eu, assim como ele, sou contrário ao projeto do IPTU; prefiro, sim, votar projetos que são bons para a Cidade, tal qual esse projeto dos fundos. E faço questão de esclarecer, especialmente à minoria que estava aqui nas galerias contrária a esse projeto, que todos nós estamos gostando muito da nova orla do Guaíba, inclusive a Cidade tem gostado muito, possibilitada por investimento estrangeiro, por financiamento estrangeiro, que, sem a reorganização dos fundos, não mais será possível de se viabilizar, permitindo que a Cidade invista em outros projetos. Isso é do interesse do cidadão de Porto Alegre. Os fundos, hoje, estão completamente desorganizados, contabilmente, gerencialmente, e eu não sei a quem interessa que permaneçam assim.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Interessa aos trabalhadores da cultura que os fundos permaneçam desorganizados? Porque é isso que vocês estão defendendo. Eu diria que é melhor vocês se informarem, porque esse projeto permite que sejam reorganizados, tanto contabilmente quanto gerencialmente, esses fundos, que são uma bagunça, uma bagunça perfeita, inclusive para que esse recurso não seja destinado a nenhum bom proveito, inclusa a cultura.

Eu sei que muitas bancadas aqui são contra por serem contra, já demonstraram isso e não têm nenhum pudor de falar isso – não é, Ver. Mendes? Inclusive, vêm aqui fazer acusações injustas a V. Exa., o que eu acho, inclusive, uma falta de caráter em muitas ocasiões, porque o requerimento de alteração de ordem de votação é puramente regimental, tal qual é regimental a retirada de quórum. O projeto dos fundos é um projeto bom para o cidadão de Porto Alegre. Esse projeto atende o cidadão de Porto Alegre que gosta da orla do Guaíba revitalizada, quer ver a Cidade investir em outros projetos e que não quer que a Cidade seja impedida de receber financiamentos estrangeiros. E qual o

nosso direito ao dizer que estamos defendendo a Cidade em negar ao cidadão de Porto Alegre que ele possa ter novos investimentos em Porto Alegre? A gente sabe que a Cidade não dispõe de recursos sequer para pagar o funcionalismo em dia, porque está quebrada, seu fluxo de caixa está quebrado, decorrente de inúmeras más gestões, tanto do Executivo, quanto desta Câmara de Vereadores, que anuiu em aumento de gastos sem corte de despesa. Agora não adianta, é tarde demais dizer que não podemos mexer em bagunças que precisam ser mexidas, por conta de uma ou outra minoria organizada que possa ser efetivamente afetada. E novamente, esse projeto é bom para a Cidade, é bom para o cidadão que quer, sim, que tenha investimentos, que infelizmente não podem ser do caixa da Prefeitura, mas que poderão ser, uma vez organizados os fundos, de financiamentos estrangeiros, como foi a revitalização da nova orla, orgulho hoje dos porto-alegrenses. Muito obrigado; sou a favor, portanto, do requerimento.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, gostaria de comentar, pedindo perdão a todos que estão acompanhando a Sessão de hoje pela minha voz, que ontem me abandonou naquela mudança súbita de temperatura. Eu subo a tribuna justamente para falar um pouquinho do que aconteceu anteriormente. Algumas pessoas já fizeram uso da palavra, e eu gostaria de justificar o porquê da nossa posição, da posição da nossa bancada. Nós não concordamos com a inversão de pauta justamente porque compreendemos que fere o Regimento Interno desta Casa Legislativa. Peço desculpas, Ver.ª Mônica Leal, que preside a Sessão, por não concordar com o encaminhamento que foi dado. Pelo nosso Regimento Interno, o § 3º do art. 94 fala sobre requerimentos. (Lê.): “Dependerá de deliberação do Plenário, sem discussão, com encaminhamento de votação nos termos desta Resolução, o requerimento que solicitar [. Ou seja, estávamos aqui justamente encaminhando um requerimento, feito pelo Ver. Pablo Mendes Ribeiro.] a) alteração da prioridade estabelecida na Ordem do Dia, conforme deliberação do Colégio de Líderes”. Ou seja, tínhamos uma Ordem do Dia a ser respeitada. Eis que na Ordem do Dia que nos foi distribuída – e aqui está o documento

distribuído a todos os Vereadores e Vereadoras desta Casa Legislativa – constava um único projeto de lei presente na Ordem do Dia e que deveria ser votado na Sessão de hoje. (Mostra documento.) Eis que no § 8º do mesmo artigo diz o seguinte (Lê.): "Não havendo a deliberação do Colégio de Líderes de que trata a al. "a" do § 3º [...]." Mas havia deliberação do Colégio de Líderes pela votação do projeto do IPTU. E, por consequência, não tendo o projeto dos fundos colocado dentro da nossa ordem de votações, o que deveríamos justamente votar é o projeto do IPTU. Ou seja, a Ordem do Dia estava pronta com um projeto, e a inversão da Ordem do Dia não poderia ser feita justamente porque não havia outras inserções, não havia outros projetos para serem invertidos. E, por conta disso, deveríamos, obrigatoriamente, nos ater à deliberação anterior da reunião do Colégio de Líderes, que é o projeto sobre o IPTU, pura e simplesmente. Mas eu vou um pouquinho adiante, esse § 8º diz que, quando não há deliberação do Colégio de Líderes, ou seja, não há ordem de votação, aí sim, passamos para o art. 105, que determina quais são os projetos que deveriam ou poderiam ser votados. E o art. 105 traz uma série de proposições que podem ser incluídas, se não houvesse deliberação prévia do Colégio de Lideres. Portanto, não havia concordância de todas as bancadas; havia um único projeto que tinha sido acordado na reunião de líderes. E outra, o nosso art. 104 determina que o Presidente, com antecedência mínima de 48 horas, anunciará, por meio eletrônico, aos Vereadores a matéria a ser incluída na Ordem do Dia. Nós não havíamos sido informados com 48 horas de antecedência a inclusão de uma outra proposta legislativa para ser analisada na tarde hoje. Portanto, fica aqui o registro da minha posição: não concordamos com o que houve no requerimento, porque ele feria ou passava por cima de alguns tópicos regrados no nosso Regimento Interno. Uma boa tarde a todos e deixo aqui a nossa manifestação. Um grande abraço.
(Não revisado pelo orador.)

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Ver.ª Mônica, faço o registro que regimentalmente o plenário é soberano, inclusive para alterar a ordem dos projetos e trazer aqueles projetos que estão na Ordem do Dia, prontos para serem votados, como e o caso de outros projetos que estão vetados e com veto vencido, para a votação na presente Sessão. Portanto é uma questão que o Ver. Prof. Alex estava trazendo de

incompatibilidade com o Regimento. Não, isso é uma inverdade, que se consulte o Regimento, pois está muito claro lá que o plenário é soberano para decidir isso.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Felipe Camozzato. A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Presidente Mônica; eu fiz questão, Ver. Oliboni, Líder da bancada do PT, de fazer o registro aqui que está em Pauta inicial de tramitação o projeto de autoria do Ver. Baba Diba de Iyemonja, que cria o Conselho do Povo de Terreiro do Município de Porto Alegre. E, para nós, é importante, é um líder religioso das religiões afro-descendentes que tem atuado principalmente contra a criminalização das manifestações culturais do povo negro, das manifestações religiosas, do preconceito e do racismo, que ainda, infelizmente, pauta e segmenta a nossa sociedade. Ele assumiu por alguns dias dentro da nossa política de compartilhamento dos mandatos, para a nossa alegria, representando o povo negro, ele é nosso suplente, propôs então esse Conselho do povo de terreiro, que é exato para construir, inclusive, um debate para retirar o estigma do povo de terreiro, desde o combate ao sacrifício de animais, que na verdade não é sacrifício de animais, é, infelizmente, o que tem ainda na sociedade do mundo inteiro, o abate de animais para a alimentação; eles, sim, são sacralizados, são usados para a alimentação de um povo que é, na sua grande maioria, pobre. Mas isso para a religião afro é tratado com preconceito, mesmo por donos de aviários, de abatedouros ou pessoas que consomem carne diariamente. Então, dou este exemplo, mas existe uma série de outros preconceitos como as manifestações dessa cultura, que é uma cultura que foi marginalizada, assim como foi marginalizado todo o povo negro, oprimido, impedido de viver a sua cultura, de acessar à escola, terras, renda e emprego, por 300 anos, e está muito longe de se libertar desse estigma todo. Portanto, para nós, é um orgulho ver que vai tramitar uma proposição nesse sentido, dizer que o nosso debate - aí aproveito que o Ver. Mendes está no plenário ainda - não foi pessoal de maneira nenhuma, nós acreditamos na intenção boa do Vereador. A analogia que eu fiz foi no sentido de que se o Governo não quer votar o IPTU, ele que peça adiamento, ele que trabalhe melhor o IPTU na sociedade, mas antecipar sem uma antecipação para a sociedade o projeto dos fundos, nós não damos acordo, porque este é um projeto de

institucionalização de autorização do calote. É autorizar o calote. Quer dizer, nós somos credores, a sociedade, os artistas que estão aqui são credores do Fumproarte, porque era para ter edital para novos projetos, editais que pudessem fomentar a cultura. Nós não temos descentralização de cultura, temos espaços culturais quebrados, caindo, fechados, como o Teatro de Câmara Túlio Piva, a Usina do Gasômetro. O nosso Teatro Glênio Peres está aqui, porque a Câmara tem um orçamento, tem autonomia, está maravilhoso, está com uma mostra de artes, fruto da luta do trabalho dos artistas, mas há uma dívida enorme com a cultura desta Cidade, que sabe lá quanto está o orçamento da cultura, deve estar zero, zero. Até temos que pesquisar, porque no esporte tem uma redução brutal dos valores para o esporte. Então, a Câmara dizer para o Prefeito: sim, o Município deve para a cultura, deve para a criança e adolescente, deve para a saúde, deve para a educação, e nós concordamos que ele deve e não pagará nunca mais? É esse o projeto, não é nenhum parcelamento para legalizar a situação. Então, antecipar sem avisar a sociedade e com o argumento de que o IPTU não pode ser votado é equivocado. Então nós usamos do expediente de retirada de quórum e de argumentação porque queremos e temos a intenção de fazer o bom debate com a sociedade. Esperamos que na quarta-feira tenha reunião de líderes e que a gente possa estabelecer o rito para que a sociedade saiba o que está acontecendo na Câmara Municipal e a gente possa democratizar as decisões. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha, neste período de Pauta, quero fazer uma referência ao nobre Vereador Baba Diba, que também teve a possibilidade de assumir há alguns dias, propondo alguns projetos, dentre eles criando o Conselho do Povo Terreiro do Município de Porto Alegre. Claro, está tramitando nesta Casa, em Pauta; depois vai para as Comissões, quando teremos condições de debater aqui no plenário. Queria voltar à polêmica criada há poucos instantes quando o nobre colega Ver. Mendes fez um requerimento para mudar a ordem dos trabalhos na Ordem do Dia. Nós achamos que

deve ser estabelecido o que foi proferido inclusive pela Justiça, na ordem que está atualmente, o projeto do IPTU, depois vem esta questão dos fundos, depois da licença-prêmio e, assim por diante, como o que foi estabelecido para os projetos prioritários do Governo. Mas a grande polêmica é a questão de mérito do projeto ora a ser discutido. Para os senhores terem uma ideia, o projeto do Governo sobre a eliminação de alguns fundos, diz, a uma certa altura, na exposição de motivos, que ficará autorizada, mediante aprovação desta lei que nós vamos discutir, aprovar ou não - óbvio que nós votaremos contrariamente -, a possibilidade de reversão financeira dos fundos: Fundo Municipal de Desenvolvimento Desportivo. Vereador Bosco, vão acabar com o fundo municipal desportivo, e o Bosco está dizendo claramente que o voto dele será contrário. Fundo Municipal da Cultura, Fundo Municipal do Patrimônio Histórico, Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre – Fumproarte; Fundo Municipal do Mercado Público – Funmercado; Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre – Pró-Ambiente; Fundo Municipal do Fomento ao Turismo – Funturismo; Fundo Municipal do Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros – Funrebom, o único fundo que o Corpo de Bombeiros tem para a reforma de unidades e compra de viaturas do Corpo de Bombeiros; Fundo Municipal de Iluminação Pública – Fumip; Fundo Municipal de Defesa dos Diretos Difusos – FMDD; Fundo Municipal de Incentivo à Reciclagem e à Inserção Produtiva dos Catadores – FMRIC; Fundo Especial Pró-Mobilidade – Funpromob; Fundo Municipal dos Direitos Animais – FMDA; Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social – FMHIS; Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS. O que será da FASC? Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia – FIT/Porto Alegre; Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário – FMASC; Fundo Municipal de Planejamento Urbano – FMPU; Fundo Municipal do Conselho Municipal sobre Drogas. Pois de todos esses fundos o Governo quer retirar, num prazo de dois anos, no mínimo, 90% dos recursos. Não há como concordar com isso! Não há como concordar. Segundo o Governo, viriam algumas mensagens retificativas, que até então não conhecemos, mas é essa a questão da polêmica, é essa a questão de fundo em relação à qual nós queremos dizer que somos radicalmente contra a eliminação desses fundos, até porque, à medida que a sociedade ficar sabendo que esses fundos irão para um outro fundo criado pelo Governo para serem utilizados no caixa único ou nas ações que o Governo achar, por si só, prioritárias, esses recursos vão para lá. Se esses recursos não foram utilizados, é porque o Governo não

teve gestão, não teve iniciativa, não teve criatividade, portanto, se não estão sendo utilizados, por que, então, foram criados, se houve toda uma mobilização da sociedade para que eles fossem criados, para criar uma política de aproximação das pessoas que, hoje, na sua grande maioria, vivem com problemas ou em vulnerabilidade social? Portanto não há como imaginar que o Governo teve a iniciativa, depois de tanto tempo de criados esses fundos, de querer eliminá-los. Acho que o Governo tem que retirar a prioridade deste projeto, porque sinceramente é injusto e mais do que isso, é desleal com o conjunto da sociedade que discutiu para criar esses fundos em prol das pessoas que mais precisam. Muito obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h35min.)